



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO**  
**CAMPUS SÃO VICENTE**

Rodovia BR 364, Km 329, Vila de São Vicente, Município de Cuiabá - MT  
Fone 65 3341-2110

## **ANEXO I**

Referência: RDC nº 01/2019

Processo nº: 23197.000965.2019-66

### **PROJETO BÁSICO**

#### **Construção da Passarela do IFMT São Vicente** **Centro de Referência de Campo Verde**

## **1 OBJETO**

**1.1** Constitui objeto do presente Projeto Básico a contratação de empresa especializada em engenharia e construção civil para executar a **Construção da Passarela do IFMT São Vicente - Centro de Referência de Campo Verde**, em regime de execução indireta, empreitada por preço global.

## **2 JUSTIFICATIVA**

**2.1** O Centro de Referência de Campo Verde consiste em uma unidade descentralizada do IFMT Câmpus São Vicente. Neste local são ofertados os cursos superiores de Agronomia Integral, Agronomia Noturno e Tecnologia de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Recentemente concluiu-se a construção do Bloco C disposto em paralelo ao Bloco B. Os períodos climáticos no município de Campo Verde são bem definidos, sendo um verão chuvoso e um inverno quente e seco. Desta forma, faz-se necessária a construção desta passarela para que alunos, servidores e usuários eventuais possam se deslocar protegidos dos raios solares ou pancadas de chuva.

**2.2** Hoje, às vésperas da inauguração do Bloco C, já ocupado pelos docentes, mostra-se necessário a construção de um abrigo para os dias chuvosos para o tráfego de pessoas dirigindo-se entre os blocos B e C, pois no bloco C não existem banheiros. A distribuição dos blocos foi idealizada para que a cantina dos estudantes ficasse num prédio. Já os banheiros, se encontram nos blocos A e B.

**2.3** O Bloco C será destinado para salas de aula e laboratórios. Laboratórios que serão utilizados para abrigar experimentos agrônômicos que por vezes precisam ser transportados entre os prédios, Esse transporte de experimentos não devem ser afetados por intempéries climáticas como a chuva, por exemplo.

**2.4** Essa necessidade de transporte de objetos e a locomoção de pessoas levaram a gestão a contratar um projeto de engenharia para futura execução. Com o anúncio da liberação da

emenda parlamentar individual do senador Cidinho, apresentada a seguir, a execução se tornou possível.

2.5 Os valores foram orçados segundo as tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAP).

2.6 A emenda apresentada será utilizada para custear toda ou grande parte da obra. Isso devido a outras duas necessidades existentes que também serão custeadas com essa verba, trata-se da Estação de Tratamento de Água e do Barracão para Máquinas Agrícolas. A passarela é a terceira necessidade apresentada. A seleção de prioridade se deve a importância do tratamento de água para a comunidade, assim como o Barracão é importante para garantir a segurança operacional das máquinas da instituição. Dependendo do valor de execução dos dois projetos, a execução da passarela pode ser inviável. Por outro lado, caso o valor das três execuções seja maior que o valor da emenda, o Campus pode realizar complementação com recursos próprios ou com orçamentos da fonte 8100. Mesmo a complementação dependerá da liberação de recursos contingenciados em abril/maio de 2019. Sem a liberação dos recursos a complementação será impossível.



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
EMENDAS AO PLN 0027 / 2018 - LOA

Data: 08/11/2018  
Hora: 17:29  
Página: 1670 de 9430

#### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA		EMENDA	
2968 - Cidinho Santos		29680007	
MODALIDADE DA EMENDA		TIPO DE EMENDA	
Individual		Apropriação - Inclusão	
ÁREA DE GOVERNO			
Educação			
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO		TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA	
077 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais		199 Educação Profissional e Tecnológica	
LOCALIDADE BENEFICIADA			
9000000 - Nacional			
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE			
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA	
Orçamento Fiscal		Inst. Federal do Mato Grosso	
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO			
12.363.2080.20RG			
Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica			
Instituto Federal de Mato Grosso/Campus São Vicente - Nacional			
ESPECIFICAÇÃO DA META		QUANTIDADE	
Projeto viabilizado(unidade)		1	

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)			
GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	500.000
TOTAL .....			500.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS						
SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	188	9 Reserva de Contingência	90 Aplic. Diretas	0	1	500.000
TOTAL						500.000

#### JUSTIFICATIVA

Apresente emenda visa atender o IFMT Campus de São Vicente no município de Cuiabá/MT, para ampliação, reforma em suas instalações e para melhorias da oferta de cursos, visando desenvolvimento tecnológico e a inovação da rede federal de educação profissional, científica e Tecnológica do Estado de Mato Grosso.

### 3 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1 Execução da obra de construção civil da passarela dos blocos B e C do Centro de

Referência de Campo Verde - IFMT Campus São Vicente, conforme documentações técnicas e demais especificações dos projetos executivos que serão fornecidos pelo IFMT – Campus São Vicente.

**3.2** Os serviços serão executados por empresa que atue no ramo de Construção Civil e possua Responsável Técnico em seu quadro efetivo de funcionários, ou contratado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e possua formação em Engenharia Civil.

**3.3** Os serviços a serem executados, deverão ser considerados no planejamento e no orçamento da obra a serem apresentados nesta licitação, estão descritos nos Memoriais Descritivos, Planilhas, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos, através de plantas, especificações e normas brasileiras, os quais definem o escopo, a qualidade requerida para o serviço, bem como os padrões de execução. Todos os documentos e projetos anexados ao processo licitatório estarão disponíveis em versão PDF para consulta no link [www.svc.ifmt.edu.br](http://www.svc.ifmt.edu.br) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). As versões digitais dos Projetos, em suas extensões específicas, estarão disponíveis na Coordenação de Licitações no endereço **Rodovia BR 364, Km 329, Vila de São Vicente, Município de Cuiabá – MT.**

**3.4** Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como as descrições constantes nos projetos, observando o padrão de qualidade requerido.

**3.5** Além de obedecer, as especificações aqui contidas, a execução dos serviços deverá seguir, sempre que cabível, as seguintes diretrizes de sustentabilidade:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção da Obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

## **4 HABILITAÇÃO**

**4.1** Além da Habilitação Jurídica (nível II do SICAF), Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal (nível III do SICAF), Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (nível IV do SICAF) e Qualificação Econômico-financeira conforme edital, a licitante deverá apresentar também a documentação referente à Qualificação Técnica.

### **4.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**4.2.1 REGISTRO DA EMPRESA E DO(S) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S)** pela execução dos serviços, em qualquer uma das regiões do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), válida na abertura do certame.

**4.2.2 COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:** A

comprovação deverá ser feita com a apresentação de prova do registro do(s) responsável(eis) técnico(s), indicado(s) para o serviço, em qualquer uma das regiões do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), acompanhadas de declaração de indicação de responsável técnico, juntamente com um dos seguintes documentos:

- a) No caso de empregados, cópia autenticada das anotações da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou da respectiva Ficha de Registro de empregados ou do livro correspondente devidamente registrado no Ministério do Trabalho;
- b) No caso de sócios, cópia autenticada do Contrato Social e a sua última alteração;
- c) No caso de profissional autônomo, cópia autenticada do contrato de prestação de serviços, desde que o profissional preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços; ou
- d) No caso de profissionais a serem contratados futuramente, a licitante deverá apresentar sua declaração de contratação futura do profissional responsável, acompanhada da anuência deste.

**4.2.3 A COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**, se dará mediante a comprovação por parte da licitante, de que os profissionais indicados como responsáveis técnicos na forma do subitem 4.2.2, são, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA e/ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), e executados para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta; federal ou estadual; municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, exceto a própria licitante (CNPJ diferente), os serviços relativos a:

- a) Execução de estrutura de concreto armado convencional, compatível com o objeto;
- b) Execução de instalações elétricas, compatível com o objeto;
- c) Execução de estrutura metálica, aço ASTM A36, com resistência  $f_y=250$  MPa e  $f_u=400$  MPa, ou equivalente, compatível com o objeto.

**4.2.3.1 A CONTRATADA** só poderá substituir os profissionais integrantes da equipe técnica apresentada, durante a execução dos serviços, por profissional de mesma qualificação técnica, com mesmas condições de disponibilidade, após apresentação de justificativa. A substituição de qualquer profissional componente da equipe técnica somente se dará após a aprovação da Contratante.

#### **4.3 DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA EXECUÇÃO DA OBRA.**

**4.3.1 Uma dessas declarações deverá ser apresentada**, na forma e prazo estabelecidos no edital.

**4.3.2 A Declaração de Vistoria** deverá ser apresentada por aquelas empresas que visitarem previamente o local de execução da obra, para tomar conhecimento das condições locais.

**4.3.3** A Declaração de Conhecimento das Condições Locais para Execução da Obra poderá ser apresentada por qualquer empresa que desejar participar do certame, tendo a mesma validade da Declaração de Vistoria, ainda que a empresa decida não realizar a vistoria prévia do local da obra.

a) O licitante que optar por não realizar a vistoria prévia do local de execução da obra não poderá a qualquer tempo alegar a existência de impedimentos para a perfeita execução do objeto, amparada no desconhecimento das condições locais de execução do objeto.

b) A Declaração de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, deverá ser assinada pelo responsável técnico, ou proprietário da empresa, sob as penalidades da lei, o qual assumirá total responsabilidade por esse fato e informará que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o órgão licitador.

**4.3.4** A Vistoria deverá ser agendada previamente com a Coordenação de Licitação pelo telefone (65)3341-2110 ou no Centro de Referência de Campo Verde (OTONIEL) pelo telefone (65) 3341-2171, com no mínimo de 24hs de antecedência.

**4.3.5** Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as **licitantes** não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

## **5. DA EXECUÇÃO E ENTREGA**

**5.1** Os serviços deverão ser entregues de acordo com as especificações descritas no presente Projeto Básico, no Memorial Descritivo, nas Planilhas, no Cronograma Físico-Financeiro, nos Projetos e anexos e obedecer às normas técnicas afins.

**5.2** Os serviços deverão ser executados no IFMT – Campus São Vicente – Centro de Referência de Campo Verde, situado na AV. Isidoro Luiz Gentilin, nº. 585, Loteamento Belvedere, bairro Vale do Sol, Campo Verde-MT, CEP 78.840.00, Campo Verde - MT.

**5.3** O prazo de vigência do Contrato será de **90 (noventa) dias corridos**, sendo o início da vigência contado a partir do oitavo dia útil seguinte ao de sua assinatura.

**5.4** O prazo de execução dos serviços será de **30 (trinta) dias corridos**, conforme cronograma físico-financeiro, contado a partir do início da vigência do contrato.

**5.4.1** A CONTRATADA deverá obedecer ao prazo do cronograma físico-financeiro para a execução dos serviços, objeto do presente instrumento, promovendo a sua entrega em perfeitas condições de uso e funcionamento.

**5.5** A CONTRATADA observará o prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao do início de vigência do contrato para implantação do canteiro de obras.

**5.6** Os prazos de início e de conclusão dos serviços poderão sofrer alteração, caso ocorra algum dos motivos elencados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

**5.7** Será admitida a prorrogação do Contrato nos termos da lei, mediante termo aditivo, persistindo as obrigações acessórias, especialmente as decorrentes de correção de defeitos.

**5.8** A entrega da Obra deverá ser efetuada a uma comissão a ser designada pelo Diretor-Geral do IFMT – Campus São Vicente e se dará nos seguintes termos:

**5.8.1** a execução das obras observará os prazos e as etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro que constitui parte integrante do edital.

**5.8.2** Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, consoante aos critérios e especificações previstas no Caderno de Encargos, ou documento equivalente, para fins de recebimento provisório.

**5.8.2.1** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**5.8.3** A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio da fiscalização técnica competente, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

**5.8.3.1** Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

**5.8.3.2** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

**5.8.4** Para fins de recebimento definitivo pelo gestor do contrato, será elaborado relatório circunstanciado pela fiscalização contratual contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários.

**5.8.5** O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**5.8.5.1** O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

**5.8.5.2** O gestor, após emissão de termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na medição realizada e ratificada.

**5.8.5.3** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 5.8.5 não ser procedida dentro no prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o retardamento não se opere por culpa da Contratada.

**5.8.5.4** O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

**5.8.6** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**5.8.7** O "Termo de Recebimento Definitivo" somente será fornecido mediante a apresentação dos comprovantes de quitação devidos à Previdência Social, FGTS e Salários.

**5.9** Para Fins de Contratação, Pagamentos e o Recebimento Definitivo da Obra, será verificada a regularidade da CONTRATADA, mediante as seguintes consultas:

- a) da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, junto ao site da Receita Federal;
- b) do Certificado de Regularidade do FGTS, junto ao site da Caixa Econômica Federal;
- c) junto ao Portal da Transparência, de existência de registros impeditivos da contratação, no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, em atendimento ao Acórdão nº 1793/2011-TCU;
- d) junto ao Conselho Nacional de Justiça, de existência de registro impeditivos da contratação por improbidade administrativa, no Cadastro de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade, em atendimento ao Acórdão nº 1793/2011-TCU
- e) junto ao Tribunal Superior do Trabalho, de certidão negativa de débitos trabalhistas, em atendimento a Lei nº 12.440, de 07.07.2011.

## **6 DA SUBCONTRATAÇÃO**

**6.1** Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto licitatório.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1** Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta.

**7.2** Cumprir fielmente o presente Contrato de modo que, no prazo estabelecido, a obra seja entregue, em perfeita condição de uso e funcionamento.

**7.3** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**7.4** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**7.5** A CONTRATADA deve fornecer e manter atualizados os seguintes meios de comunicação para tratar das questões contratuais: telefone fixo, telefone celular, endereço físico para recebimento de correspondências e endereço de correio eletrônico.

**7.5.1** O correio eletrônico (e-mail) será o canal prioritário de comunicação para tratar das questões contratuais, devendo ser acessado todos os dias pela CONTRATADA.

**7.6** Os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE devem ser emitidos pela CONTRATADA formalmente, por escrito e no prazo máximo de 48 horas contado a partir do recebimento da notificação emitida pela Comissão de Fiscalização.

**7.6.1** As notificações emitidas pela Comissão de Fiscalização serão encaminhadas prioritariamente para o endereço de correio eletrônico.

**7.7** Executar os serviços sob a supervisão de profissional de nível superior, registrado no CREA com habilitação para execução de obras civis, como Responsável Técnico pela obra objeto deste Contrato, o qual será considerado preposto da mesma.

**7.8** Observar, na execução das obras e dos serviços, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança e medicina do trabalho e de segurança pública, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**7.9** Instalar e dotar canteiro de obras com toda a infraestrutura exigida e demais determinações em estrita obediência à Norma Regulamentadora nº 18 do Ministério do Trabalho – NR-18 que trata das “Condições de Trabalho na Indústria da Construção”, sendo que a observância do estabelecido na referida NR não desobriga a Contratada do cumprimento das disposições relativas às condições e meio ambiente de trabalho, determinadas na legislação federal, estadual e/ou municipal, e em outras estabelecidas em negociações coletivas de trabalho.

**7.10** Seguir o Cronograma Físico-Financeiro da Obra, observando o cronograma de execução física e de desembolso. Tal cronograma tem por objetivo nortear sobre as etapas de execução dos serviços, bem como a forma de desembolso financeiro, devendo, portanto, ser atentamente observado, pois não serão admitidas variações injustificadas que caracterizem prejuízo à Administração ou atraso da obra.

**7.11** Seguir, sempre que cabível, as diretrizes de sustentabilidades elencadas neste Projeto Básico.

**7.12** Apresentar Planilha de medição dos serviços executados de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, bem como toda a documentação que comprove a regularidade da empresa perante os órgãos de fiscalização.



**7.13** Manter quadro de pessoal suficiente, para atendimento dos serviços previstos neste PROJETO BÁSICO, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o IFMT – Campus São Vicente.

**7.13.1** Apresentar o quadro de funcionários que estará envolvido diretamente na execução da obra, manter atualizado e comunicar por escrito à fiscalização sempre que houver qualquer alteração.

**7.13.2** Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

**7.14** Dar integral cumprimento ao Projeto Básico, Cronograma Físico-Financeiro, bem como sua proposta, o Edital e respectivos Anexos, os quais passam a integrar este Instrumento, independentemente de transcrição.

**7.15** Manter no canteiro de obras Cronograma Físico-Financeiro atualizado, Planilha Orçamentária, Memoriais Descritivos, Projetos, Diário de Obras e cópias do Contrato e das medições.

**7.16** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

**7.17** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.

**7.18** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

**7.19** Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**7.20** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**7.21** Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

**7.22** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.

**7.23** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**7.24** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**7.25** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**7.26** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

**7.27** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

**7.28** Providenciar junto aos órgãos de fiscalização e controle a emissão, e renovação quando preciso, de toda documentação necessária para o início e no término da obra, incluindo certidões, alvarás, licenças, dentre outras que se fizerem necessárias, em especial Alvará de Licença para Construção, Alvará de Habite-se, Alvará de Localização e Funcionamento e Certidão Detalhada.

**7.29** Todos os encargos, inclusive taxas e multas, referentes a emissão e renovação da documentação referida no Item 7.28 correrá às expensas da Contratada.

**7.30** Fornecer, quando necessário, as placas exigidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE.

**7.31** Sinalizar os locais de realização dos serviços, de maneira a assegurar a segurança de transeuntes e veículos passantes no local e entornos.

**7.32** Dispor passarelas, se necessário, e/ou outros meios para permitir a passagem, de forma segura, de pessoas durante a execução dos serviços.

**7.33** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

**7.34** Reparar todo e qualquer dano, decorrente da execução do objeto do presente Contrato, causado às instalações, já existentes no local, no decorrer dos serviços sem ônus para a CONTRATANTE.

**7.35** Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências, da CONTRATANTE.

**7.36** Pagar as multas, seguros, impostos, taxas, licenças, franquias, serviços, salários, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas diretas ou indiretas referentes à obra, inclusive registros e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, de forma que, em hipótese alguma, tais responsabilidades poderão ser atribuídas à CONTRATANTE.

**7.37** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do CONTRATO, conforme dispõe o art. 71, Parágrafos 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

**7.38** Responsabilizar-se pelas despesas com transporte e alimentação de seus empregados, nos termos da legislação vigente.

**7.39** Responsabilizar-se pelas despesas com taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**7.39.1** Prestar garantia contratual nos termos do Artigo 56 da Lei 8666/1993.

**7.40** Fornecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, comprovantes de pagamentos dos empregados e dos recolhimentos dos encargos sociais, trabalhistas e tributários.

**7.41** Apresentar a relação nominal dos empregados em atividade nas dependências da CONTRATANTE, mencionando os respectivos endereços residenciais, comunicando qualquer alteração.

**7.42** Providenciar para que os seus funcionários utilizem vestuário compatível com o ambiente de trabalho da CONTRATANTE, bem como equipamento de proteção individual previsto pelas normas de segurança do trabalho, devendo ainda prover os EPI's necessários para a equipe de fiscalização e visitantes.

**7.43** Manter seus funcionários devidamente uniformizados e identificados durante a execução dos serviços contratados, devendo ser observadas as posturas necessárias ao relacionamento cordial e educado para com o pessoal da CONTRATANTE e o representante por ela designado para supervisionar os trabalhos;

**7.44** Fornecer aos seus empregados e prestadores de serviços crachás de identificação de uso obrigatório para acesso às dependências da CONTRATANTE e para a realização dos trabalhos; O crachá deverá conter o nome, o cargo e a foto do funcionário;

**7.45** Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do presente contrato.

**7.46** Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, ainda que ocorridos em via pública.

**7.47** Responsabilizar-se:

a) por quaisquer danos causados por seus empregados, dentro da área e das dependências dos locais onde serão executados os serviços;

b) por quaisquer acidentes na execução das obras e dos serviços, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem a destruição ou danificação da obra, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do "Termo de Recebimento Definitivo da Obra" e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

c) pela estabilidade da obra e o perfeito e eficiente funcionamento de todas as suas instalações, responsabilidade esta que, na forma da lei, subsistirá mesmo após a aceitação provisória ou definitiva da obra;

d) pela qualidade e a quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, a execução das obras e dos serviços que, não aceitos pela fiscalização, devam ser refeitos;

e) pela existência de todo e qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, comprometendo-se a removê-lo ou repará-lo, desde que provenham de má execução dos serviços ou má qualidade do material;

f) pelo registro da Obra no CREA, sendo que uma cópia da ART correspondente deverá ser entregue à fiscalização antes do início da execução da obra. A obra também deve ser matriculada no INSS e uma cópia do comprovante deverá ser entregue à Fiscalização.

g) pela entrega da obra com "Carta de Habite-se", quando necessário, e com as instalações conforme Projeto Básico, devidamente testadas e aprovadas, em perfeitas condições de uso e funcionamento.

**h)** pela correção, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, dos defeitos notificados pela CONTRATANTE ou pela Fiscalização.

**7.48** Responder pela integridade da obra em execução, até sua efetiva aceitação pela CONTRATANTE, se responsabilizando pela destruição ou danificação de quaisquer de seus elementos, seja resultante de ato de terceiro, caso fortuito, força maior, fogo ou qualquer tipo de catástrofe.

**7.49** Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento deste Contrato.

**7.50** Fornecer todos os materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços descritos, devendo os materiais a serem empregados receberem prévia aprovação da CONTRATANTE, que se reserva o direito de rejeitá-los caso não satisfaçam aos padrões de qualidade e quantidades especificadas;

**7.51** Manter os locais de trabalho continuamente limpos, desobstruídos e sinalizados de forma a não causar transtornos à rotina administrativa da CONTRATANTE, devendo sempre retirar o entulho para locais externos ao às dependências IFMT Campus São Vicente, após execução dos serviços, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental;

**7.52** Utilizar modernos equipamentos e ferramentas, necessários à boa execução de todos os serviços e empregar os métodos de trabalho mais eficientes e seguros, de acordo com as Normas vigentes, e especificações fornecidas;

**7.53** Providenciar para que os materiais estejam a tempo no local da obra para fazer cumprir os prazos parciais e totais fixados no cronograma.

**7.54** Manter na obra o número de funcionários e equipamentos suficientes para cumprir os prazos parciais e totais fixados no cronograma.

**7.55** Cumprir os prazos previstos no PROJETO BÁSICO;

**7.56** Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo o material, equipamentos e ferramentas utilizadas na obra, até a conclusão dos trabalhos. A CONTRATADA deverá apresentar relação de materiais, ferramentas, máquinas e equipamentos que derem entrada no local da obra, ficando a liberação dos mesmos, ao término dos trabalhos, sob a responsabilidade da Fiscalização.

**7.57** Sempre que pretender aplicar material “similar” na execução das obras, submeter à CONTRATANTE, através da Fiscalização do Contrato, a correspondente consulta, acompanhada de laudos ou pareceres e levantamento de custos para a análise e decisão, não servindo tal consulta para justificar o não cumprimento dos prazos previstos no contrato.

**7.58** Executar às suas custas, ensaios, verificações e testes de materiais e de equipamentos ou de serviços executados, bem como acompanhamento tecnológico da obra, quando exigidos pelas normas ou pela fiscalização.

**7.59** Substituir o material incorporado às obras, sem ônus para a CONTRATANTE, caso não esteja de acordo com os padrões de qualidade e durabilidade necessários.

**7.60** Não manter no canteiro de serviços quaisquer materiais estranhos à obra.

**7.61** Realizar as despesas com mão de obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigido, cópias dos documentos de quitação, devendo ainda assumir:

a) a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão, sob hipótese alguma, nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

b) a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

c) todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência e

d) a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato.

**7.62** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renúncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

**7.63** Executar os serviços que, não aceitos pela Fiscalização, devam ser refeitos.

**7.64** Solucionar todos os problemas técnicos e/ou legais que surgirem durante a execução da obra.

**7.65** Comunicar à Fiscalização qualquer erro, desvio ou omissão referente ao estipulado nos desenhos ou especificações, ou em qualquer documento que faça parte integrante deste Contrato.

**7.66** Facilitar todas as atividades da Fiscalização, fornecendo as informações e demais elementos solicitados.

**7.67** Permitir e facilitar, em seu canteiro de obras, o trabalho de terceiros autorizados pela CONTRATANTE.

**7.68** Manter durante a execução dos serviços, livro diário (Diário de Obras) no canteiro de obras, onde se fará constar: condições do canteiro (meteorológica), recursos humanos efetivos, recursos materiais efetivos, entrada de materiais e equipamentos e sua aprovação ou não por parte da fiscalização caso esteja sendo adotado material equivalente ou similar ao especificado (inclusive a justificativa para sua adoção), serviços iniciados, executados, em execução e os concluídos no dia, atrasos verificados e os eventos que lhe deram causa, dúvidas encaminhadas à fiscalização e as soluções propostas pela mesma. Também se fará constar todas as observações que, tanto CONTRATADA como CONTRATANTE julgarem necessárias;

**7.68.1** o Livro Diário deverá conter Termo de Abertura assinado por ambas as partes e páginas numeradas, sendo que cada página deverá ser composta de três vias de mesma numeração, sendo duas destacáveis e uma fixa.

**7.69** Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE e da Fiscalização qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o cumprimento da execução dos serviços para adoção imediata das medidas cabíveis.

**7.70** Efetuar periodicamente ou quando solicitadas pela Fiscalização, atualização de cronogramas e previsão de desembolso de modo a manter a CONTRATANTE perfeitamente informada sobre o andamento dos serviços.

**7.71** Manter atualizada a documentação apresentada para contratação, devendo a CONTRATADA informar a CONTRATANTE, imediata e formalmente, caso ocorra, a impossibilidade de renovação ou apresentação de qualquer desses documentos.

**7.72** Atender no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer notificações da fiscalização do IFMT Campus São Vicente;

**7.73** Fornecer, na entrega da obra, os projetos atualizados com todas as alterações que porventura sejam efetuadas durante a sua execução - “AS BUILT”-, já devidamente registrados junto à Prefeitura, com indicações práticas sobre o seu uso e, se for o caso, limitações do prédio, instalações definitivas de luz, força, água, esgoto, lógica, telefone, SPDA e de combate a pânico e incêndio, devidamente testadas e aprovadas, em perfeitas condições de uso e funcionamento.

**7.73.1** Fornecer uma cópia “plotada” em papel e outra em meio digital com extensão “.dwg”. A entrega final dos projetos deve conter: a) Data da última atualização. b) assinatura dos responsáveis técnicos pela elaboração e pela fiscalização do projeto “As Built” (eng. da Construtora e representante da Fiscalização).

**7.74** Remover, sempre que necessário e ao término da obra, as instalações provisórias, lixos e entulhos.

**7.75** Empregar mão de obra habilitada e compatível com o grau de especialização de cada serviço.

**7.76** Apresentar os registros da mão de obra empregada no presente Contrato, termos de rescisões, sempre que houver, pagamentos de férias e demais encargos, sempre que a CONTRATANTE assim o solicitar.

**7.77** Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público;

**7.78** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**7.79** responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento do contrato, venham direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados, à CONTRATADA ou a terceiros.

**7.80** Comprometer-se, em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

**7.81** Concordar com possíveis alterações futuras de adequações do projeto básico, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos

técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**7.82** Comunicar à CONTRATANTE, no prazo mínimo de 30(trinta) dias que antecede a data da entrega dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**7.83** Fornecer ao IFMT Campus São Vicente Termo de Garantia, com prazo mínimo de 05 anos para os serviços executados, em papel timbrado da Empresa, assinado pelo Diretor ou Sócio Proprietário e o Responsável Técnico, que deverá correr a partir do recebimento definitivo de todos os serviços, aprovados pela fiscalização do IFMT Campus São Vicente.

**7.83.1** Durante o prazo de garantia, a Contratada deverá refazer serviços e substituir materiais que apresentarem defeitos.

**7.83.2** Excetua-se da garantia os problemas causados por má utilização por parte da CONTRATANTE ou causados por terceiros.

**7.84** São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a) contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato;
- b) a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- c) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.
- d) a divulgação de informações a que tiver acesso em virtude da execução do objeto da presente contratação.

**7.85** Providenciar, a suas expensas, junto às repartições competentes, o necessário licenciamento das obras e serviços, a ART/RRT de execução da obra/serviço, a matrícula da obra (matrícula CEI) junto ao INSS, o “Alvará de Construção” bem como o fornecimento de placas exigidas pelos órgãos competentes, pela CONTRATANTE.

**7.85.1** A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) deverá ser referente à execução da obra deverá ser assinada pelo(s) profissional(is) devidamente habilitado(s), pertencente(s) ao quadro de funcionários da empresa, o qual foi indicado para ser o Responsável Técnico da obra na fase de habilitação da licitação.

**7.86** Solicitar à fiscalização, por escrito, autorização para eventual alteração do responsável técnico e, na sua ocorrência, enviar juntamente da comunicação a comprovação do registro do mesmo junto ao conselho competente, acompanhado dos atestados de capacidade técnica, CATs, e demais documentos referentes a qualificação técnica da proponente e responsável técnico.

**7.87** Apresentar a CND do INSS referente a matrícula CEI da obra, como condição para pagamento da última parcela;

**7.88** Apresentar o quadro de funcionários que estará envolvido diretamente na execução da obra, manter atualizado e comunicar por escrito à fiscalização sempre que houver qualquer alteração.

**7.89** Fornecer ao IFMT Campus São Vicente os meios de localização dos responsáveis pela empresa não só em dias e horários úteis, mas também em finais de semana e feriados.

**7.90** Deverá ser mantida na portaria ou em local de fácil acesso próximo à entrada da obra, Livro ou Cartão Ponto, onde todos os funcionários da CONTRATADA ou de empresas diversas prestadoras de serviços que executarão serviços na obra deverão anotar seu nome, em letra legível e indicar o horário de entrada e saída da obra. Este documento deverá ser entregue à fiscalização juntamente das medições mensais;

**7.91** Realizar as despesas com mão de obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, mensalmente, cópias das guias de recolhimento de INSS e FGTS, correspondente a competência anterior à prestação do serviço, dos empregados e do empregador; a GEFIP da competência anterior à prestação do serviço que será composta por: Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social; Comprovante de Declaração à Previdência; Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP – RE; Relação de Estabelecimentos Centralizados – REC (no caso de cessão de mão de obra); Relação de Tomadores/Obras – RET (no caso de cessão de mão de obra). Deve ser enviado também comprovante de controle do ponto e os contracheques acompanhados dos comprovantes de depósitos dos salários dos funcionários que trabalharão nessa obra.

**7.92** Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de acidente que vitime um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí originar e por tudo o mais quanto às exigências das leis sociais, trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução dos serviços. A CONTRATADA se responsabilizará por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados ao IFMT – Campus São Vicente a terceiros.

**7.93** Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as consequências de:

- a) Sua negligência, imperícia ou omissão;
- b) Ato ilícito seu, de seus empregados;
- c) Acidentes de qualquer natureza com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros na obra ou em decorrência dela;

**7.94** Responsabilizar-se pela conservação dos serviços executados, inclusive no caso de erosão, cabendo-lhe ainda a guarda e manutenção da obra até o Recebimento Definitivo ou até a sua liberação deste encargo pelo IFMT – Campus São Vicente.

**7.95** Executar a obra, incluindo o fornecimento de materiais de primeira linha, de acordo com os padrões estabelecidos em projeto, e contratar por sua conta e risco, toda mão de obra, inclusive especializada, necessária à execução da obra;

**7.96** Responsabilizar-se financeiramente e operacionalmente pela



**complementação de materiais e serviços insuficientemente aferidos na proposta apresentada na licitação.**

**7.96.1 Responsabilizar-se:**

- a)** por quaisquer danos causados por seus empregados, dentro da área e das dependências dos locais onde serão executados os serviços;
- b)** por quaisquer acidentes na execução das obras e dos serviços, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem a destruição ou danificação da obra, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo da Obra” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;
- c)** pela estabilidade da obra e o perfeito e eficiente funcionamento de todas as suas instalações, responsabilidade esta que, na forma da lei, subsistirá mesmo após a aceitação provisória ou definitiva da obra;
- d)** pela qualidade e a quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, a execução das obras e dos serviços que, não aceitos pela fiscalização, devam ser refeitos;
- e)** pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à obra, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário;
- f)** pela correção dos defeitos notificados pela CONTRATANTE ou pela Fiscalização;
- g)** Retirar da obra, imediatamente após notificação qualquer empregado, tafeiro, subordinado seu que, a critério da Fiscalização, venha demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica;
- h)** Não transferir qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, seja fabricantes, técnicos ou subempreiteiros.

**7.97** Não caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do IFMT – Campus São Vicente, sob pena de rescisão contratual.

**7.98** Apresentar a ART/RRT de execução da obra/serviço, antes do início da obra.

**7.99** Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: **(a)** manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; **(b)** supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; **(c)** florestas plantadas; e **(d)** outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

**7.100** Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

**7.100.1** Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

**7.100.2** Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

**7.100.3** Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006 e suas alterações, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

**7.100.3.1** Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

**7.101** A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

**a)** O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

**b)** Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

**b.1)** resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

**b.2)** resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

**b.3)** resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

**b.4)** resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

**7.102** Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota-fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

**7.103** Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.”

**7.104** Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

**7.104.1** Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

**7.104.2** Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

**7.104.3** Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

**7.105** Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Projeto Básico e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993, incluindo em especial:

**7.105.1** O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

**7.105.2** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**8.2** Permitir o livre acesso da CONTRATADA aos locais onde serão realizados os serviços.

**8.3** Fiscalizar a execução dos serviços através de um representante da CONTRATANTE, devidamente nomeado, com atribuições específicas, a quem compete também verificar se há o registro no Diário de Obras das ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, identificando as irregularidades e solicitando a regularização das mesmas, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, submetendo à Autoridade Competente da CONTRATANTE o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes. A Fiscalização da CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades assumidas.

**8.4** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

**8.5** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

**8.6** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada consoante previsão na legislação.

**8.7** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

**8.8** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

**8.9** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

**8.10** Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

**8.11** Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

**8.11.1** "*as built*", elaborado pelo responsável por sua execução;

**8.11.2** laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

**8.11.4** certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

**8.12** A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**8.13** Impedir que terceiros, sem autorização, executem o objeto desta licitação;

**8.14** Deverá ser observada pela fiscalização o disposto no Anexo VIII-A e VIII-B da

IN 05 de 26 de maio de 2017 da SLTI/MPOG, bem como o disposto na IN 06 de 06 de julho de 2018 do MPOG.

**8.15** Comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada à execução dos serviços.

**8.16** Prestar informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa vencedora.

**8.17** Rejeitar, no todo ou em parte, o produto que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital.

**8.18** Empenhar os recursos necessários para cobrir as despesas com os serviços e obras, bem como efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, no prazo previsto no Edital e seus Anexos, abatidas às multas, se houver;

**8.19** Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações do edital.

**8.20** Liberar os acessos necessários na obra para a movimentação dos funcionários e equipamentos da CONTRATADA;

**8.21** Antes da assinatura do Contrato, a Contratante realizará consulta online ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010 e suas alterações, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

## **9. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**9.1** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1** De acordo com o Art. 47 da Lei nº 12.462/2011, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, o licitante que:

**10.1.1** Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 da mesma Lei;

**10.1.2** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

**10.1.3** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**10.1.4** Não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

**10.1.5** Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

**10.1.6** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou

**10.1.7** Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

**10.2** A aplicação do impedimento de licitar implicará ainda o descredenciamento do licitante, pelo prazo estabelecido no caput deste artigo no SICAF.

**10.3** A inexecução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados na tabela 2 abaixo, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna possível, observando-se o contraditório, ampla defesa e verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do CONTRATADO, a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e neste contrato, conforme listado a seguir:

**10.3.1** Advertência;

**10.3.2** Multa;

**10.3.3** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

**10.3.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**10.4** Será aplicada sanção de advertência nas seguintes condições:

**10.4.1** Atraso superior a 5 dias na execução do objeto, tendo como base o cronograma de execução físico-financeiro;

**10.4.2** Descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital, seus anexos, e neste contrato que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis;

**10.4.3** Será aplicada multa nas seguintes condições:

**a)** de até 20% (vinte por cento) sobre metade do valor total do contratado, caso haja a inexecução parcial do objeto;

**b)** de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nos casos de inexecução total do objeto.

**10.5** Será considerada inexecução parcial do objeto quando:

**10.5.1** O CONTRATADO executar menos de 50% do previsto para cada etapa do cronograma físico-financeiro por ele apresentado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO;

**10.5.2** Houver atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias corridos após o término do prazo fixado para a conclusão da obra.

**10.6** Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para o início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE.

**10.7** Além das multas previstas nos itens anteriores, poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos na tabela.

**10.7.1** Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela 2, a FISCALIZAÇÃO poderá aplicar apenas a sanção de advertência.

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 2.500,00
6	R\$ 5.000,00

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>Item</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado, mal apresentado; por empregado e por ocorrência.	01
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	01
3	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02
4	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	02
5	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários; por empregado e por ocorrência.	03
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada.	03
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
8	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	03
9	Utilizar as dependências do IFMT Campus São Vicente para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência.	04
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04

11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06
12	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	06
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
13	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
15	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e por ocorrência.	01
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	01
17	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
18	Fornecer EPI aos seus empregados, quando exigido, e impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência.	02
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
20	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço e por dia.	02
21	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinados pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
22	Indicar e manter, durante a execução do contrato, o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas neste termo de referência; por dia.	04
23	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, tíquetes-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas; por dia e por ocorrência.	05
24	Providenciar toda e qualquer documentação necessária para o início e término da obra, incluindo certidões, alvarás, licenças, dentre outras que se fizerem necessárias, em especial Alvará de Licença para Construção, Alvará de Habite-se, Alvará de Localização e Funcionamento e Certidão Detalhada.	06

**10.8** Quando o CONTRATADO deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos no cronograma de execução físico-financeiro



por ele apresentado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, serão aplicadas multas conforme a Tabela 3 abaixo.

**10.8.1** A apuração dos atrasos será feita mensalmente.

**10.8.2** A(s) multa(s) por atraso injustificado na execução dos serviços incidirão sobre os valores previstos para o pagamento do mês em que ocorrer o atraso, de acordo com o cronograma físico-financeiro inicialmente apresentado pelo CONTRATADO e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

**10.8.3** O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará o CONTRATADO a sanções variáveis e progressivas, a depender da gravidade e da frequência do(s) atraso(s).

**Tabela 3**

<b>GRAU</b>	<b>MULTA (sobre o valor previsto a ser executado no mês)</b>	<b>TIPO DE ATRASO</b>
1	0,10%	Brando e eventual
2	0,30%	Mediano e eventual
		Brando e intermitente
3	0,50%	Grave e eventual
		Brando e constante
4	0,70%	Mediano e intermitente
5	0,90%	Grave e intermitente
		Mediano e constante
6	1,10%	Grave e constante

**10.9** Quanto à gravidade, o atraso será classificado como:

- a)** Brando: quando acarretar um atraso de 5% (cinco por cento) até 15% (quinze por cento) na execução dos serviços no mês;
- b)** Mediano: quando acarretar um atraso de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) na execução dos serviços no mês;
- c)** Grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% (vinte e cinco por cento) na execução dos serviços no mês.

**10.9.1** Quanto à frequência, o atraso será classificado como:

- a)** Eventual: quando ocorrer apenas uma vez;
- b)** Intermitente: quando ocorrer mais de uma vez, em medições não subsequentes;

**c) Constante:** quando ocorrer mais de uma vez, em medições subsequentes.

**10.9.2** A gravidade do atraso será aferida, em cada medição, de maneira cumulativa, procedendo-se à comparação entre o valor total acumulado previsto pelo CONTRATADO no cronograma físico-financeiro apresentado e o total acumulado efetivamente realizado até a medição em questão.

**10.9.3** A multa poderá ser aplicada no decorrer da obra, nos períodos de medição seguintes ao da constatação do atraso.

**10.9.4** No primeiro mês em que ocorrer atraso, poderá ser aplicada, a critério da FISCALIZAÇÃO, a sanção de advertência. A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso da obra de 5% (cinco por cento) do valor que deveria ter sido executado conforme o cronograma físico-financeiro.

**10.9.5** Se o CONTRATADO apresentar, nos períodos de medição seguintes ao do registro do atraso, recuperação satisfatória ao cumprimento dos prazos acordados, a FISCALIZAÇÃO poderá, a seu exclusivo critério, optar pela não aplicação da multa.

**10.9.6** A recuperação supracitada não impede a aplicação de outras multas em caso de incidência de novos atrasos.

**10.9.7** Poderá ser aplicada, ainda, multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na conclusão da obra, até o limite de 60 (sessenta) dias.

**10.9.8** Após esse limite, considerando o percentual executado da obra, poderá ser configurada a inexecução parcial do objeto.

**10.10** O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

**10.11** A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com o IFMT Campus São Vicente, de que trata o inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada ao CONTRATADO, por culpa ou dolo, por até 2 (dois) anos, no caso de inexecução total ou parcial do objeto.

**10.12** Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei 8.666/93, entre outros casos, quando o CONTRATADO:

**10.12.1** Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**10.12.2** Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

**10.12.3** Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o IFMT Campus São Vicente, em virtude de atos ilícitos praticados;

**10.11.4** Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio do IFMT Campus São Vicente;

**10.12.5** Cometer ato capitulado como crime pela Lei n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do IFMT – Campus São Vicente após a assinatura do contrato;

**10.12.6** Apresentar ao IFMT Campus São Vicente qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

**10.12.7** Incorrer em inexecução total do objeto.

**10.12.8** As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com o IFMT – Campus São Vicente e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao CONTRATADO juntamente à de multa.

**10.13** O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.

**10.13.1** Se o valor a ser pago ao CONTRATADO não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

**10.13.2** Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

**10.13.3** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa da União.

**10.13.4** Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dias) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

**10.14** Pelo descumprimento de obrigações contratuais (execução insatisfatória dos serviços, atrasos, omissões, falhas, dentre outros), será aplicada à contratada a penalidade, onde, havendo reincidência, será aplicada multa diária de 1,0% (um por cento) sobre o valor contratual, computando-se os dias a partir da intimação para cumprimento da obrigação, incluindo este, até o dia de seu efetivo cumprimento.

**10.15** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido de acordo com instruções fornecidas pela contratante. Caso a empresa deixe de efetuar o recolhimento, o valor da multa será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será cobrado administrativamente da garantia prestada e/ou judicialmente.

**10.16** Fica garantida a defesa prévia da Licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

**10.17** As sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, ou a ausência de culpa da Licitante, devidamente comprovadas perante a CONTRATADA.

**10.18** As penalidades serão registradas no SICAF.

## **11. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**11.1** A fiscalização da obra será exercida pela CONTRATANTE, através de Comissão nomeada pelo Diretor-Geral do IFMT – Campus São Vicente, cabendo à CONTRATADA manter no escritório localizado no recinto da obra, o livro “Diário de Obras”, ao qual deverão fazer constar, entre outros, os seguintes registros:

#### **11.1.1 Pela CONTRATADA:**

- a)** condições do canteiro (meteorológica);
- b)** recursos humanos efetivos;
- c)** recursos materiais efetivos;
- d)** entrada de materiais e equipamentos e sua aprovação ou não por parte da fiscalização caso esteja sendo adotado material equivalente ou similar ao especificado (inclusive a justificativa para sua adoção);
- e)** serviços iniciados, executados, em execução e os concluídos no dia;
- f)** atrasos verificados e os eventos que lhe deram causa;
- g)** dúvidas encaminhadas à fiscalização e as soluções propostas pela mesma;
- h)** também se fará constar todas as observações que, tanto Contratada como Contratante julgarem necessárias.

#### **11.1.2 Pela Fiscalização:**

- a)** atestação da veracidade dos registros previstos nas alíneas "a" e "b" do item 11.1.1 desta cláusula;
- b)** apreciação sobre o andamento da obra e sua conformidade aos projetos, especificações e prazos integrantes deste Contrato;
- c)** observações que julgue necessárias fazer a propósito de anotações consignadas pela CONTRATADA no "Diário de Obras";
- d)** respostas às consultas formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea à autoridade superior;
- e)** restrições a respeito do andamento da obra ou da atuação da CONTRATADA, de seus empregados e prepostos;
- f)** determinação de providências para o cumprimento dos projetos e especificações;
- g)** outros fatos ou observações, cujo registro julgue necessários ou conveniente ao trabalho da Fiscalização;
- h)** providenciar com antecedência mínima de 20 (vinte) dias corridos qualquer pedido de aditamento, em especial o de extensão de prazos.

**11.2** A CONTRATANTE deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

**11.3** A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

- a)** os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b)** os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- c)** a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

- d)** a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e)** o cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato; e
- f)** a satisfação do público usuário.

**11.4** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

**11.5** O representante da Administração deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.6** O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.7** Quando da rescisão contratual, a fiscalização deverá verificar o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, sendo que até que a contratada comprove o disposto, a CONTRATANTE deverá reter a garantia prestada, conforme previsto na Instrução Normativa nº 5, DE 26 de maio de 2017- SLTI/MPOG.

**11.8** A Fiscalização terá livre acesso aos locais de trabalho da mão de obra da CONTRATADA.

**11.9** A Fiscalização não permitirá que a mão de obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas.

**11.10** Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todo o serviço, o CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

- a)** ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- b)** examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;
- c)** solicitar à contratada a substituição de qualquer saneante domissanitário ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades;
- d)** deverá ser observada pela fiscalização o disposto no Anexo IV da IN 02/2008.

**11.11** A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da CONTRATANTE e sua atuação não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto às suas obrigações contratuais, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

**11.12** À Fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação de serviços e que de tudo dará ciência à CONTRATADA, conforme a Lei nº 8.666/1993.

## **12 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**12.1** O adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura do Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

**12.1.1** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

**12.1.2** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.1.3** Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor calculado com base no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

**12.2** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

**12.3** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**12.3.1** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

**12.3.2** prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**12.3.3** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

**12.3.4** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

**12.4** Para retenção da garantia contratual serão observados, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de Maio de 2017.

**12.5** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na caixa Econômica Federal, com correção monetária.

**12.6** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**12.7** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**12.8** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**12.9** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**12.10** A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**12.11** Será considerada extinta a garantia:

**12.11.1** com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**12.11.2** no prazo de 3 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** O IFMT Campus São Vicente poderá realizar acréscimo ou supressões que se fizerem necessários, respeitados os limites do art. 65 da lei 8.666/93 e suas alterações, tendo como base os preços da proposta do fornecedor.

**13.2** O não cumprimento do disposto neste Projeto Básico, implicará a aplicação das penalidades cabíveis consoante ao que dispõe a Lei 8.666/93 e suas alterações.

**13.3** Caso não haja expediente na data marcada para a entrega do objeto, ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local indicado neste Projeto Básico.

**13.4** A contratada responderá pela idoneidade técnica da execução da Obra em questão e será responsabilizada por qualquer erro que frustre a execução e a finalidade da obra ou onere aos cofres públicos.

**13.5** Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações e quantitativos constantes da planilha orçamentária não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a proponente cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de seus preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a proponente como especializada nos serviços objeto da contratação, o que significa que deverá ter computado, nos preços unitários ou no BDI propostos, todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais, etc., necessários à completa execução dos serviços.

**13.6** Para observação da legislação citada no presente edital sempre serão consideradas as versões atualizadas dos dispositivos legais mencionados.

**13.7** As condições de habilitação de propostas, de pagamento, de recebimento provisório e definitivo dos serviços executados, de obrigações da contratante e

contratada, das sanções administrativas, entre outras, não constantes neste Projeto Básico, serão descritas no Edital e seus Anexos.

**13.8** Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes **ANEXOS**:

- Anexo a – Memorial Descritivo de Arquitetura
- Anexo b – Memorial Descritivo de Concreto
- Anexo c – Memorial Descritivo Estrutura Metálica
- Anexo d – Memorial Descritivo de Instalações Elétricas

São vicente da Serra, 23 de outubro de 2019

**OSVALDO MARTINS CAPELANI**

Diretor de Administração e Planejamento

**LIVIO DOS SANTOS WOGEL**

Diretor-geral IFMT Campus São Vicente